

Recurso em Sentido Estrito nº: 0002283-60.2014.8.17.0000 (0329319-2)
Comarca Origem: Recife – 1ª Vara do Tribunal do Júri
Recorrente: **Ronaldo Luiz Coutinho de Souza e outros**
Recorrido: Ministério Público de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Delane Barros de Arruda Mendonça
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A materialidade do crime de homicídio está comprovada pela perícia tanatoscópica de fls. 76 e pelo exame pericial em local de homicídio de fls. 77/108.
2. Os depoimentos prestados na delegacia, em confronto com os prestados em juízo, com a interceptação telefônica constante às fls. 190/194 e com o resultado da perícia balística acima referida, evidenciam a presença de indícios suficientes da autoria em relação a todos os acusados.
3. É bem verdade que a autoria não é certa, entretantes, há indícios suficientes de que os recorrentes participaram do crime de homicídio qualificado descrito na denúncia e não se pode olvidar que, nessa fase processual, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri.
4. A sentença de pronúncia, portanto, não merece qualquer reforma, porquanto preencheu os requisitos exigidos pela lei, além de se encontrar devidamente fundamentada, inclusive no tocante às qualificadoras previstas nos incisos I e IV do art. 121, §2º do CP.
5. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso.

M

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso em sentido estrito nº 329319-2, em que figuram, como recorrentes, Ronaldo Luiz Coutinho de Souza e outros e, como recorrido, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 11 de junho de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Recurso em Sentido Estrito nº: 0002283-60.2014.8.17.0000 (0329319-2)
Comarca Origem: Recife – 1ª Vara do Tribunal do Júri
Recorrente: **Ronaldo Luiz Coutinho de Souza e outros**
Recorrido: Ministério Público de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Delane Barros de Arruda Mendonça
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto por Ronaldo Luiz Coutinho de Souza, Rogério Pereira dos Santos e José Clovis da Silva contra a decisão de pronúncia proferida pelo juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital que os pronunciou, determinando o seu julgamento pelo conselho de sentença, pela prática do crime de homicídio duplamente qualificado (art. 121, §2º, I e IV do Código Penal) contra a vítima Abraão Falcão de Oliveira.

Em suas razões recursais, alegam os recorrentes, em resumo:

- a) **Ronaldo Luiz Coutinho de Souza e Rogério Pereira dos Santos** (fls. 580/587): não há provas ou indícios da autoria, uma vez que as testemunhas ouviram dizer que os réus foram os responsáveis pelo homicídio narrado na denúncia apenas na delegacia, não devendo ser aplicado o princípio *in dubio pro societate*. Pedem a impronúncia.
- b) **José Clóvis da Silva Filho** (fls. 613/628): inexistem indícios suficientes da autoria, visto que as testemunhas não presenciaram o crime e só souberam dele por ouvir dizer; não ficou provado que o réu adquiriu a camionete usada no homicídio; a arma do crime é diversa da que foi apreendida na casa da irmã do acusado; a escuta telefônica não pode ser

levada em consideração porque a polícia interpretou o que ouviu para incriminar o recorrente, falseando a referida prova, o que é inadmissível. Pede a **impronúncia**.

Contrarrazões às fls. 629/631 e fls. 663/667, pugnando pela manutenção da decisão de pronúncia.

Através da decisão de fls. 636/637, o MM Juiz a quo manteve a pronúncia.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 672/680, opinando pelo improvimento do recurso.

É o Relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 19 de maio de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Recurso em Sentido Estrito nº: 0002283-60.2014.8.17.0000 (0329319-2)
Comarca Origem: Recife – 1ª Vara do Tribunal do Júri
Recorrente: **Ronaldo Luiz Coutinho de Souza e outros**
Recorrido: Ministério Público de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Delane Barros de Arruda Mendonça
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Narra a denúncia, *in verbis*, que:

"No dia 30 de junho de 2008 (...), os denunciados, agindo em comunhão de ações e desígnios e mediante surpresa, fazendo uso de armas de fogo, assassinaram a vítima Abraão Falcão de Oliveira (...).

Consta dos autos que, naquele fatídico dia, os denunciados, já previamente ajustados entre si, saíram em busca da vítima com a finalidade de ceifar-lhe a vida. Os denunciados 'Ronaldinho' e 'Gordo ou Buda', ocupavam o mesmo veículo, estando este último na direção, quando avistaram a vítima nas imediações do Campo do Café (...) e iniciaram a perseguição, entretanto, a vítima percebeu a movimentação e empreendeu fuga, neste momento o denunciado 'Ronaldinho' entrou em contato com o denunciado 'Claudinho', via celular, comunicando a fuga da vítima e cobrando seu auxílio na 'caçada' à vítima, tendo então o denunciado 'Claudinho, fazendo uso de um veículo Ford Ranger XLT, cor cinza, placa KLM 7494, saído no encalço da vítima, quando então conseguiram localizá-la parada no semáforo (...), sendo a mesma surpreendida pela ação do denunciado 'Claudinho' que parou seu veículo ao lado do veículo da vítima e efetuou diversos disparos de arma de fogo, atingindo-a mortalmente (...)"

A materialidade do crime de homicídio está comprovada pela perícia tanatoscópica de fls. 76 e pelo exame pericial em local de homicídio de fls. 77/108.

Quanto à autoria, os acusados a negaram na fase inquisitorial e em juízo.

Quanto à prova testemunhal produzida em juízo tem-se o seguinte:

- a) Salomão Marciano Falcão de Oliveira Filho (irmão da vítima, fls. 306/308): soube dos fatos pela imprensa, inclusive do envolvimento de seu irmão com os acusados, na prática de crimes. Como não tinha muito contato com o irmão, não soube identificar os acusados como pessoas que costumavam andar na companhia da vítima;
- b) Liemerson Jorge Ferreira da Silva (fls. 309/310): disse que vendeu o carro a Claudinho (acusado José Clóvis) por intermédio de Rogério Silva, sendo que, como o valor combinado não foi pago, a venda foi desfeita e o veículo ficou no nome da mãe da testemunha; afirmou que nunca conheceu Claudinho pessoalmente e que na delegacia lhe mostraram um foto como sendo de Claudinho só que, na verdade, tratava-se de um flanelinha que trabalha em frente à academia de polícia onde sua esposa trabalha de apelido "Da Lua" (que aparece de camisa amarela às fls. 25); disse que não reconheceu Claudinho por fotografia. **Durante o inquérito, porém, a testemunha apresentou uma versão diferente.** Disse que vendeu o carro a Claudinho por intermédio de Rogério. Reconheceu Claudinho como sendo o acusado José Clóvis por fotografia e reconheceu também um popular que estava no local do homicídio da vítima Abraão com a camisa amarela como sendo uma das pessoas que acompanhavam Claudinho no dia em que foi apresentado ao mesmo, no bairro do Arruda.
- c) Fernanda Silva de Oliveira (fls. 337/338): ouviu os fatos na televisão; era irmã da vítima; nunca ouviu falar que a vítima andava com os acusados;

- d) Cláudia Cristina Oliviera dos Santos (fls. 338): nada esclareceu sobre os fatos;
- e) Severino Cardoso de Albuquerque (fls. 420/421): confirmou que teve sua arma subtraída em um assalto de que foi vítima e que o motorista do carro usado no crime era o acusado Ronaldo.

Apesar de não ter havido testemunhas presenciais, entendo que há indícios suficientes da autoria.

A maioria das testemunhas pediu para ser ouvida sem a presença dos acusados, inclusive a testemunha Liemerson, que mudou o seu depoimento prestado na fase inquisitorial, para afirmar que não reconheceu o acusado José Clóvis por fotografia e que nunca o viu pessoalmente, embora tenha vendido seu carro, **que foi utilizado no homicídio da vítima destes autos, a uma pessoa de nome Claudinho (apelido do acusado José Clóvis).**

Não há como ter certeza, mas o medo de represálias, dada a extensa ficha criminal dos acusados, pode ter dificultado a apuração dos fatos durante a instrução criminal, embora nenhuma das testemunhas tenha relatado ameaças eventualmente sofridas pelos réus ou por pessoas a eles ligadas.

Como dito, a testemunha Liemerson, na fase inquisitorial, reconheceu o acusado José Clóvis (Claudinho) por fotografia como sendo o adquirente de seu veículo, que foi utilizado no dia dos fatos para o cometimento do homicídio contra a vítima Abraão.

Embora tenha modificado o seu depoimento para afirmar que não reconheceu o acusado e que nunca o viu anteriormente, entendo que o seu primeiro depoimento, aliado a outros elementos de prova, notadamente o conteúdo da interceptação telefônica constante às fls. 190/194 dos autos, evidencia indícios suficientes da autoria.

Na referida interceptação telefônica, realizada pela Delegacia de Repressão ao Roubo e Furto e encaminhada ao Departamento de Homicídios, constam várias conversas entre os acusados (na interceptação identificados como Ronaldinho (apelido de Ronaldo), Claudinho (apelido de José Clóvis) e

Buda (apelido de Rogério)) nas quais se constata a narrativa detalhada da perseguição à vítima e, em seguida, há o relato de sua morte, feito pelo réu Ronaldo.

Embora a defesa tenha tentado desqualificar a referida prova, nada há nos autos que evidencie a sua ilegalidade, que foi admitida nestes autos como prova emprestada e não foi impugnada pela defesa no momento oportuno.

Ademais, a ligação dos acusados entre si e entre eles e a vítima é evidente.

A arma encontrada no interior do veículo da vítima, de propriedade da testemunha Severino Cardoso de Albuquerque, foi dele subtraída em um assalto promovido por quatro indivíduos, dentre eles, o acusado Ronaldo Luiz Coutinho de Souza, o qual foi reconhecido pela referida testemunha, conforme seus depoimentos prestados na fase inquisitorial e também em juízo.

E os acusados afirmaram, em seus interrogatórios, que se conhecem. Embora tenham dito que se conheceram no sistema penitenciário, a ficha de antecedentes demonstra a prática de outros delitos em conjunto, conforme chamou a atenção a douta Procuradoria de Justiça.

Importante salientar que os projéteis encontrados no corpo da vítima Abraão foram expelidos pela pistola Taurus de nº de série KQG 96256, conforme perícia balística de fls. 253/259, a qual foi encontrada em poder do acusado Ronaldo (fls. 109).

Assim, não importa que a arma pertencente ao acusado José Clóvis (Glock, 380, CBP 174) foi diversa da usada para assassinar a vítima, porquanto, há indícios de que os réus estavam todos juntos no veículo Ford Ranger de onde os disparos foram efetuados contra a vítima.

Por todo o exposto, entendo que os depoimentos prestados na delegacia, em confronto com os prestados em juízo, com a interceptação telefônica constante às fls. 190/194 e com o resultado da perícia balística acima referida, evidenciam a presença de indícios suficientes da autoria em relação a todos os acusados.

691

É cediço que, tratando-se de crime de competência do Tribunal do Júri, é este que deverá avaliar a veracidade ou não dos depoimentos prestados nos autos.

É bem verdade que a autoria não é certa, entretantes, há indícios suficientes de que os recorrentes participaram do crime de homicídio qualificado descrito na denúncia e não se pode olvidar que, nessa fase processual, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri. Nesse sentido, veja-se o seguinte aresto no Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DOLOSO. PRONÚNCIA. ALEGADO EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA.

I- A pronúncia é decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação, remetendo o caso à apreciação do Tribunal do Júri.

Encerra, portanto, simples juízo de admissibilidade da acusação, não se exigindo a certeza da autoria do crime, mas apenas a existência de indícios suficientes e prova da materialidade, imperando, nessa fase final da formação da culpa, o brocardo *in dubio pro societate*.

II- Não ocorre o vício de excesso de linguagem na pronúncia quando o julgador limita-se a expor seu convencimento a respeito da existência de indícios de autoria, trazendo fundamentação suficiente a afastar possível alegação de inobservância do disposto no art.

93, inciso IX, da Constituição Federal, ou de fragilidade de elementos probatórios, a atrair, ao caso, um juízo de impronúncia.

III- Agravo Regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1277007/AL, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 08/04/2014)

A sentença de pronúncia, portanto, não merece qualquer reforma, porquanto preencheu os requisitos exigidos pela lei, além de se encontrar devidamente fundamentada, inclusive no tocante às qualificadoras previstas nos incisos I e IV do art. 121, §2º do CP.

Diante do exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso.

Recife, 01 de 06 de 2014

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator